



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2023  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2023**

Objeto: Contratação de profissionais do setor artístico para realização de Show Musical em homenagem ao Dia da Mulher, no Município de Cerro Grande, com estrutura de palco, som e iluminação.

Contratada: ELEANRO JOSE LEVULIS 01438955081

CNPJ nº: 45.641.184/0001-07

Endereço: Estrada Linha Chico Domingos, SNº, Bairro Linha Chico Domingos, Seberi/RS, CEP 98.380-000.

Valor: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

**DA LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:**

O presente processo administrativo de inexigibilidade de licitação, tem por finalidade a Contratação de profissionais do setor artístico para realização de Show Musical em homenagem ao dia da mulher, no Município de Cerro Grande.

O Show Musical realizar-se-á no dia 08 de março de 2023, na Praça Municipal João Cenci Sobrinho no Município de Cerro Grande – RS, e a contratação inclui:

- Show Musical com Gui Pelegrim e Banda, com elenco de seis pessoas.
- Estrutura de som, iluminação e caminhão palco;
- Repertório diferenciado (Show Musical);
- Duração das apresentações de 04 (quatro) horas (Início as 19:00Hs e término as 23 Hs).

No valor cotado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto.

**DO FUNDAMENTO DA INEXIGIBILIDADE - JUSTIFICATIVA:**

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos



campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Dentre as ressalvas permitidas pelo texto constitucional, a Lei nº 8.666/93 elencou, como não poderia deixar de ser, a inexigibilidade de licitação, isto é, a hipótese em que a realização de licitação é impossível, por exemplo, por não ser viável a estipulação de critérios objetivos para julgamento de propostas dos eventuais interessados em contratar com a Administração Pública. Dá-se isto, por exemplo, na contratação de artistas consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública

Haverá também situações em que, ainda que a Administração Pública queira um produto artístico a ser elaborado sob demanda, não estará obrigada a realizar licitação. E tal se dará exatamente quando se pretenda a contratação de um específico trabalho. Veja-se que, aqui, há uma escolha discricionária da Administração Pública: não basta que seja um produto elaborado por um artista qualquer, onde apenas a qualidade do produto artístico em si (trabalho) seria levada em consideração quanto ao julgamento do desempenho do artista, hipótese em que caberia o concurso, mas, de outro modo, pretende-se que o trabalho seja elaborado por um artista específico, para que a obra leve o seu nome e as características específicas que decorrem de sua personalidade e de seu modo de fazer arte. Desde que se trate de artista consagrado, como exige o inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666, este direcionamento da contratação é plenamente possível, sob os prismas de constitucionalidade e legalidade, pois não se estará violando os princípios de impessoalidade e moralidade da Administração Pública, em razão da própria natureza das coisas, no sentido de que cada artista é singular.

A lei não pode ignorar, nem ignora, a realidade, ou seja, o talento individual, a genialidade e/ou a fama de cada artista, as características, histórico e valor cultural do conjunto da obra de um artista, enfim, a consagração que cada artista alcança perante a sociedade em geral e/ou crítica especializada. É contratação *intuitu personae* não por violação ao princípio da impessoalidade, mas porque não pode ser diferente, pois não se teria o mesmo resultado.

A lei não exige a sofisticação artística. Para fins jurídicos, tanto faz se contratação, por exemplo, de uma dupla de cantores do interior do Brasil sem maior formação musical ou *Berliner Philharmoniker*. É válida a contratação, por inexigibilidade de licitação, de artista consagrado em determinada região do país, pelo público, inclusive pelo objetivo constitucional de valorização da diversidade étnica e regional (inciso V, § 3º, do art. 215 da CF/88, pós EC nº 48/2005). De igual modo, mesmo que se trate de um artista ignorado pelo grande público, ou pelo público de uma região, sua contratação por inexigibilidade de licitação será válida se tal artista tiver aprovação da crítica especializada.

Assim, a contratação de Gui Pelegrim e Banda para o Show Musical em homenagem ao Dia da Mulher no Município de PontãoCerro Grande, deve-se ao fato de a mesma ser conhecida e consagrada no cenário musical e cultural local, regional e nacional, e encontra amparo legal no inciso III, do Art. 25 da Lei 8.666/93.

### **DO FUNDAMENTO LEGAL:**

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 25, inc. III e § 1º da Lei nº. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a Inexigibilidade de licitação:



*“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

...

*III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*

*(...)”*

Leciona Marçal Justen Filho:

“A atividade artística consiste em uma emanção direta da personalidade e da criatividade humanas. Nessa medida, é impossível verificar-se identidade de atuações. Isso não impede, porém, eventual comparação entre as performances artísticas. O concurso consiste, muitas vezes, em competição entre artistas para seleção do melhor desempenho. Quando houver interesse de premiação da melhor performance em determinada área das artes, a Administração Pública deverá valer-se do concurso disciplinado na Lei nº 8.666. Assim, por exemplo, a escolha de uma composição musical para símbolo de instituições públicas poderá ser produzida através de um concurso com premiação para a melhor obra.

Mas há casos em que a necessidade estatal relaciona-se com o desempenho artístico propriamente dito. Não se tratará de selecionar o melhor para atribuir-lhe um destaque, mas de obter os préstimos de um artista para atender certa necessidade pública. Nesses casos, torna-se inviável a seleção através de licitação, eis que não haverá critério objetivo de julgamento. Será impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as diferentes performances artísticas. Daí a caracterização da inviabilidade de competição.”

## **DAS RAZÕES:**

### **DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

Parágrafo Único:

II - Razão da escolha do fornecedor ou executante.

A escolha pela contratação, através da empresa Eleandro Jose Levulis 01438955081, para que a Banda Gui Pelegrim e Banda, realize o Show Musical no Município de Cerro Grande no dia 08 de março de 2023, durante a Programação da Semana comemorativa ao dia da mulher do Município, deve-se ao fato de que esta é a Banda desejada e conhecida pela população do Município.

### **DO PREÇO:**

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

III - justificativa do preço



Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação/aquisição sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

**JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:**

A matéria vista no art. 25 da Lei nº 8.666/93 dispõe sobre as hipóteses de Inexigibilidade de Licitação, onde a Administração pode contratar diretamente sem ter que se submeter ao protocolo das modalidades tradicionais e recomendadas, quando é inviável a competição.

Nesse prisma, justifica-se a presente Inexigibilidade de Licitação pela necessidade da Administração de Cerro Grande - RS em contratar a Banda Gui Pelegrim e Banda, para o Show Musical em homenagem ao dia da mulher a ser realizado em 08 de março de 2023, comemorando este dia importante juntamente com a Administração Municipal de Cerro Grande. RS.

Cerro Grande - RS, 06 de Março de 2023.

Comissão de Licitações:

ANDREIA BIASUZ

EDISON FEDRIGO

LUIZ FLAVIO CENCI







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE**

CNPJ: 92.005.545/0001-09

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2023**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2023**

Objeto: Contratação de profissionais do setor artístico para realização de Show Musical em homenagem ao dia da mulher, no Município de Cerro Grande, com estrutura de som, iluminação e palco.

Contratada: ELEANRO JOSE LEVULIS 01438955081

CNPJ nº: 45.641.184/0001-07

Endereço: Estrada Linha Chico Domingos, SNº, Bairro Interior, Seberi/RS, CEP 98.380-000.

Valor: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

À vista de exposição do responsável pela solicitação, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

- Homologo a contratação.  
 Indefiro a realização da despesa.

Cerro Grande – RS, 06 de Março de 2023.

ALVARO DECARLI  
Prefeito Municipal

(55) 3756 1100 | (55) 3756 1122

✉ administracao@cerrogrande.rs.gov.br

🌐 www.cerrogrande.rs.gov.br

📍 Rua América, 100 - Centro  
CEP 98340-000 - Cerro Grande/RS





**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2023  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2023**

**AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, amparado no parecer exarado pela assessoria jurídica, resolve:

**1. Autorizar a contratação nos seguintes termos:**

- a)** Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei nº. 8.666/93.
- b)** Objeto: Contratação de profissionais do setor artístico para realização de Show Musical em homenagem ao dia da mulher, no Município de Cerro Grande, com estrutura de som, iluminação e palco.

**2. Autorizar o Empenho das despesas resultantes da presente contratação nas dotações pertinentes.**

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manut. Geral da Sec. de Administração

Elemento: 3.3.90.52.00.00.00.0500 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

Por fim, que seja encaminhado ao setor de licitações e contratos para elaboração da minuta de contrato.

Cerro Grande – RS, 06 de março de 2023.

**ALVARO DECARLI**  
Prefeito Municipal